

03/03/2016

PLENÁRIO

INQUÉRITO 3.983 DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO:

1. “O direito do cidadão ao governo honesto”: a corrupção governamental e o perigo de captura das instituições estatais por organização criminosa

Este caso, Senhor Presidente, revela um dado absolutamente impressionante e, ao mesmo tempo, profundamente inquietante, pois o que parece resultar dos elementos de informação que vêm sendo coligidos ao longo de diversos procedimentos de investigação penal, todos instaurados no contexto da denominada “Operação Lava a Jato”, é que a corrupção impregnou-se, profundamente, no tecido e na intimidade de algumas agremiações partidárias e das instituições estatais, contaminando o aparelho de Estado, transformando-se em método de ação governamental e caracterizando-se como conduta administrativa endêmica, em claro (e preocupante) sinal de degradação da própria dignidade da atividade política, reduzida por esses agentes criminosos ao plano subalterno da delinquência institucional.

O efeito imediato que resulta desses comportamentos alegadamente delituosos parece justificar o reconhecimento de que as práticas ilícitas perpetradas por referidos agentes tinham um só objetivo: viabilizar a captura das instituições governamentais por determinada organização criminosa, constituída para dominar os mecanismos de ação governamental, em detrimento do interesse público e em favor de pretensões inconfessáveis e lesivas aos valores ético-jurídicos que devem conformar, sempre, a atividade do Estado.

Convenço-me, cada vez mais, Senhor Presidente, de que os fatos delituosos **objeto** de investigação e de persecução penais **no âmbito da “Operação Lava a Jato” nada mais constituem senão episódios criminosos** que, anteriores, contemporâneos **ou** posteriores aos do denominado “Mensalão”, **compõem um vasto e ousado painel revelador** do assalto **e** da tentativa de captura do Estado e de suas instituições por uma organização criminosa, identificável, em ambos os contextos, por elementos que são comuns tanto ao “Petrolão” quanto ao “Mensalão”.

Penso que se reveste de inteira pertinência **fragmento** de voto que, por mim proferido no julgamento **da AP 470/MG, acentuava** que o ato de corrupção **constitui um gesto de perversão da ética do poder e da ordem jurídica, cabendo ressaltar que o dever de probidade traduz** obrigação cuja observância se impõe a todos os cidadãos desta República **que não tolera o poder que corrompe nem admite o poder que se deixa corromper.**

Daí a **corretíssima advertência** do eminente Professor CELSO LAFER, **para quem nenhum cidadão** poderá viver com dignidade numa comunidade política corrompida:

“Numa República, como diz Bobbio num diálogo com Viroli, o primeiro dever do governante é o senso de Estado, vale dizer, o dever de buscar o bem comum, e não o individual, ou de grupos; e o primeiro dever do cidadão é respeitar os outros e se dar conta, sem egoísmo, de que não se vive em isolamento, mas sim em meio aos outros.

É por essa razão que a República se vê comprometida quando prevalece, no âmbito dos governantes, em detrimento do senso de Estado, o espírito de facção voltado não para a utilidade comum, mas para assegurar vantagens e privilégios para grupos, partidos e lideranças. (...).

.....
Numa República, as boas leis devem ser conjugadas com os bons costumes de governantes e governados, que a elas dão vigência e eficácia. A ausência de bons costumes leva à corrupção (...), que

*significa destruição e vai além dos delitos tipificados no Código Penal. (...). A **corrupção**, num regime político (...), é um agente de decomposição da substância das instituições públicas.*

*O **espírito público da postura republicana** é o **antídoto para esse efeito deletério da corrupção**. É o que permite afastar a mentira e a simulação, inclusive a ideológica, que mina a confiança recíproca entre governantes e governados, necessária para o bom funcionamento das instituições democráticas e republicanas. (...).”
(grifei)*

É por isso, Senhor Presidente, que os fatos **emergentes** da denominada “Operação Lava a Jato” **parecem** sugerir que ainda subsistiria, **no âmago** do aparelho estatal, **aquela estranha e profana aliança** entre determinados setores do Poder Público, de um lado, **e** agentes empresariais, de outro, **reunidos** em um imoral sodalício **com o objetivo perverso e ilícito** de cometer uma pluralidade de delitos gravemente vulneradores do ordenamento jurídico **instituído** pelo Estado brasileiro.

Tais práticas delituosas – que tanto afetam a estabilidade e a segurança da sociedade, **ainda mais** quando veiculadas **por intermédio de organização criminosa** – **enfraquecem** as instituições, **corrompem** os valores da democracia, da ética e da justiça **e comprometem** a própria sustentabilidade do Estado Democrático de Direito, **notadamente** nos casos em que os desígnios dos agentes envolvidos **guardam** homogeneidade, **eis que dirigidos, em contexto de criminalidade organizada e de delinquência governamental**, a um fim comum, **consistente** na obtenção, **à margem das leis da República, de inadmissíveis** vantagens **e** de benefícios **de ordem pessoal, de caráter empresarial ou de natureza político-partidária**.

Tais são as razões, Senhor Presidente, **que me levam** a constatar que **as investigações** promovidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, **não obstante fragmentadas** em diversos inquéritos e procedimentos penais, **têm por objeto** uma vasta organização criminosa, de

projeção tentacular e dimensão nacional, *estruturalmente ordenada* em níveis hierárquicos próprios, **que observa** métodos homogêneos de atuação, **integrada** por múltiplos atores e protagonistas e **que, operando por intermédio de vários núcleos especializados**, com clara divisão de tarefas (**núcleo** político, **núcleo** empresarial, **núcleo** financeiro, **núcleo** operacional e **núcleo** técnico, *entre outros*), **busca obter, direta ou indiretamente**, vantagem de qualquer natureza, **notadamente** no âmbito do Estado, **mediante** prática de infrações penais **que abrangem amplo espectro de ilicitudes criminosas, como aquelas** que vão do cometimento de crimes contra a Administração Pública, o Sistema Financeiro Nacional, o Estatuto das Licitações e Contratações Administrativas **até a perpetração** do delito de lavagem de dinheiro ou de valores, **sem prejuízo de outros gravíssimos ilícitos** tipificados na legislação penal.

Cabe observar, de outro lado, Senhor Presidente, **que a concepção republicana de poder** mostra-se absolutamente **incompatível** com qualquer prática governamental **tendente** a restaurar a **inaceitável teoria do Estado patrimonial**.

Com o objetivo de proteger valores fundamentais, Senhor Presidente, **tais como se qualificam** aqueles consagrados nos princípios da transparência, da igualdade, da moralidade e da impessoalidade, **o sistema constitucional** instituiu **normas** e estabeleceu **diretrizes** destinadas **a obstar** práticas que culminem **por patrimonializar** o poder governamental, **convertendo-o**, em razão de uma **inadmissível** inversão dos postulados republicanos, **em verdadeira "res domestica", degradando-o, assim, à condição subalterna** de instrumento de mera dominação do Estado, **vocacionado** não a servir ao interesse público e ao bem comum, **mas, antes**, a atuar **como incompreensível e inaceitável** meio de satisfazer conveniências e ambições pessoais e de realizar aspirações governamentais e partidárias.

Dá a reflexão doutrinária, impregnada de acentuado componente filosófico, que examina o pensamento democrático à luz das grandes dicotomias, como, por exemplo, aquela pertinente à dualidade público/privado, subjacente à ideia mesma de que o respeito, pelos indivíduos, aos limites que definem o domínio público de atuação do Estado, separando-o, de modo nítido, do espaço meramente privado, qualifica-se como pressuposto necessário ao exercício da cidadania e do pluralismo político, que representam, enquanto categorias essenciais que são (pois dão ênfase à prática da igualdade, do diálogo, da tolerância e da liberdade), alguns dos fundamentos em que se estrutura, em nosso sistema institucional, o Estado republicano e democrático (CF, art. 1º, incisos II e V).

Cabe preservar, desse modo, as relações que os conceitos de espaço público e de espaço privado guardam entre si, para que tais noções não se deformem nem provoquem a subversão dos fins ético-jurídicos visados pelo legislador constituinte.

A gravidade da corrupção governamental, notadamente aquela praticada no Parlamento da República, evidencia-se pelas múltiplas consequências que dela decorrem, tanto aquelas que se projetam no plano da criminalidade oficial quanto as que se revelam na esfera civil (afinal o ato de corrupção traduz um gesto de improbidade administrativa) e, também, no âmbito político-institucional, na medida em que a percepção de vantagens indevidas representa um ilícito constitucional, pois, segundo prescreve o art. 55, § 1º, da Constituição, a percepção de vantagens indevidas revela um ato atentatório ao decoro parlamentar, apto, por si só, a legitimar a perda do mandato legislativo, independentemente de prévia condenação criminal.

A ordem jurídica, Senhor Presidente, não pode permanecer indiferente a condutas de membros do Congresso Nacional – ou de quaisquer outras autoridades da República – que hajam incidido em censuráveis desvios

éticos e em reprováveis transgressões criminosas no desempenho da elevada função de representação política do Povo brasileiro.

Qualquer ato de ofensa ao decoro parlamentar, *como a aceitação criminosa de suborno, culmina por atingir, injustamente, a própria respeitabilidade institucional* do Poder Legislativo, **residindo nesse ponto a legitimidade ético-jurídica** do procedimento constitucional de **cassação** do mandato parlamentar, **em ordem a excluir da comunhão dos legisladores aquele – qualquer que seja – que se haja mostrado indigno** do desempenho **da magna função** de representar o Povo, de formular a legislação da República e de controlar as instâncias governamentais de poder.

É por essa razão que o eminente e saudoso Professor MIGUEL REALE (“Decoro Parlamentar e Cassação de Mandato Eletivo”, “in” Revista de Direito Público, vol. X/89), **ao versar** o tema em questão, **adverte que o ato indecoroso do parlamentar, como** aquele que implica percepção de vantagens indevidas, **importa em falta de respeito à própria dignidade institucional** do Poder Legislativo:

“O ‘status’ do deputado, em relação ao qual o ato deve ser medido (e será comedido ou decoroso em razão dessa medida), implica, por conseguinte, não só o respeito do parlamentar a si próprio, como ao órgão ao qual pertence (...).

No fundo, falta de decoro parlamentar é falta de decência no comportamento pessoal, capaz de desmerecer a Casa dos representantes (incontinência de conduta, embriaguez etc), e falta de respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas infundadas, injustas e irremediáveis, de forma inconveniente.”
(grifei)

Impressiona-me a afirmação do Senhor Procurador-Geral da República **de que o denunciado** Eduardo Cunha “(...) se vale, habitualmente, de diversos Deputados Federais para a realização de requerimentos, solicitações e requisitos, com fins nitidamente ilícitos,

transformando o Congresso Nacional em um verdadeiro 'balcão de negócios'. Astutamente, os requerimentos aparentavam buscar fins lícitos, mas, em verdade, eram vocacionados apenas para o interesse pessoal de EDUARDO CUNHA e seus comparsas".

O fato inquestionável, Senhor Presidente, **é que a corrupção deforma** o sentido republicano da prática política, **afeta** a integridade dos valores **que informam e dão significado** à própria ideia de República, **frustra** a consolidação das Instituições, **compromete** a execução de políticas públicas *em áreas sensíveis* **como** as da saúde, da educação, da segurança pública e do próprio desenvolvimento do País, **além de vulnerar** o princípio democrático.

Daí os importantes compromissos internacionais que o Brasil assumiu **em relação ao combate à corrupção**, *como o evidência a assinatura*, por nosso País, **da Convenção Interamericana** contra a Corrupção (celebrada na Venezuela em 1996) **e da Convenção das Nações Unidas** (celebrada em Mérida, no México, em 2003).

As razões determinantes da celebração dessas convenções internacionais (**uma de caráter regional e outra de projeção global**) **residem**, basicamente, **na preocupação** da comunidade internacional *com a extrema gravidade* dos problemas e das consequências nocivas **decorrentes** da corrupção para a estabilidade e a segurança da sociedade, **considerados** os vínculos entre a corrupção **e** outras modalidades de delinquência, **com particular referência à criminalidade organizada, à delinquência governamental e à lavagem de dinheiro.**

Torna-se importante advertir, neste ponto, Senhor Presidente, *que*, com a instauração deste e de outros procedimentos de persecução penal, **não se está a incriminar a atividade política, mas, isso sim, a promover** a responsabilização penal daqueles que **não** se mostraram capazes de exercê-la com honestidade, integridade e elevado interesse público,

preferindo, *ao contrário*, **longe** de atuar com dignidade, **transgredir** as leis penais de nosso País, **com o objetivo espúrio** de conseguir vantagens indevidas **e** de controlar, *de maneira absolutamente ilegítima e criminosa*, o próprio funcionamento do aparelho de Estado.

A conquista e a preservação temporária do poder, **em qualquer** formação social **regida** por padrões democráticos, **embora constituam** objetivos politicamente legítimos, **não autorizam quem quer** que seja, **mesmo** quem detenha altos postos na hierarquia do Estado, **independentemente** de sua posição no espectro ideológico, **a utilizar meios criminosos ou expedientes juridicamente marginais**, **divorciados** da ordem jurídica **e repudiados** pela legislação criminal do País **e pelo sentimento de decência** que deve **sempre** prevalecer **no trato** da coisa pública.

Estamos a examinar, *nesta fase preambular*, Senhor Presidente, imputações penais dirigidas **não a atores políticos**, **mas, sim**, segundo sustenta o Ministério Público em sua denúncia, a protagonistas *de supostas tramas criminosas*. **Em uma palavra**: processam-se, *aqui e agora*, **não** atores políticos, **mas, sim**, possíveis **autores** de crimes minuciosamente narrados pelo Senhor Procurador-Geral da República.

Não constitui demasia assinalar que a **ideia** de República **traduz** um valor essencial, **exprime** um dogma fundamental: **o do primado da igualdade de todos** perante as leis do Estado. **Ninguém, absolutamente ninguém**, nem mesmo aqueles situados nas mais elevadas posições e nos mais importantes cargos da organização estatal, **tem** legitimidade para transgredir **e vilipendiar** as leis e a Constituição de nosso País. **Ninguém, absolutamente ninguém**, está **acima** da autoridade do ordenamento jurídico do Estado.

2. O significado do controle jurisdicional prévio da acusação penal

Examino, *agora*, a questão pertinente à admissibilidade da presente acusação penal, **não sem antes** estabelecer premissas **que considero essenciais** à formulação de meu voto, **especialmente** em face da *situação de evidente conflituosidade que se instaura entre* o poder acusatório do Estado, *de um lado*, e a pretensão de liberdade dos acusados, *de outro*.

Sabemos todos, Senhor Presidente, que cabe ao Supremo Tribunal Federal, **nesta fase preliminar** do processo penal de conhecimento, **analisar se** a acusação penal formulada pelo Ministério Público **revela-se, ou não, admissível** para efeito de instauração da persecução penal em juízo.

Esse controle prévio de admissibilidade – que reclama o exame da adequação típica do comportamento atribuído aos acusados – **também exige** a constatação, *ainda que em sede de cognição incompleta*, da existência, *ou não*, de **elementos** de convicção **mínimos** que possam autorizar a abertura do procedimento judicial de persecução penal.

Isso significa, *portanto*, que, **ainda** que as condutas descritas na peça acusatória **possam ajustar-se, em tese**, aos preceitos primários de incriminação, **mesmo assim** esse elemento **não basta, só por si, para tornar viáveis e admissíveis** as imputações penais consubstanciadas na denúncia.

A viabilidade da presente denúncia **está a depender**, *desse modo*, da análise de questão – *que reputo de inegável relevância* – **consistente** na identificação, *ou não*, de justa causa, **apta a legitimar** a instauração da presente ação penal, **considerados** os elementos probatórios que, **apresentados** pelo Ministério Público, **destinam-se, ainda que minimamente**, a demonstrar *a possível e eventual* ocorrência, no plano fático, das condutas narradas pelo “Parquet”.

É preciso ter presente, neste ponto – consideradas as gravíssimas implicações éticas e jurídico-sociais **que derivam** da instauração, **contra quem quer que seja**, de “*persecutio criminis*” –, **que se impõe**, por parte do Poder Judiciário, **rígido controle** sobre a atividade persecutória do Estado, **em ordem a impedir** que se instaure, **contra** qualquer acusado (**não importando** de quem se trate), **injusta** situação de coação processual, **pois** ao órgão da acusação penal **não assiste** o poder de deduzir, *em juízo*, imputação criminal **desvestida** de um mínimo suporte probatório.

Daí a advertência, Senhor Presidente, **fundada** no magistério jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, **que cumpre jamais desconsiderar**:

*“A imputação penal **não pode** ser o resultado **da vontade pessoal e arbitrária** do acusador. O Ministério Público, para **validamente** formular a denúncia penal, **deve ter** por suporte uma **necessária** base empírica, **a fim** de que o exercício desse grave dever-poder **não se transforme** em um instrumento **de injusta** persecução estatal. O ajuizamento da ação penal condenatória **supõe** a existência **de justa causa**, que se tem **por inócua** quando o comportamento atribuído ao réu ‘*nem mesmo em tese constitui crime, ou quando, configurando uma infração penal, resulta de pura criação mental da acusação*’ (RF 150/393, Rel. Min. OROSIMBO NONATO).”*

(RTJ 165/877-878, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

A **persecução penal**, por isso mesmo, cuja instauração é justificada pela **suposta** prática de um ato criminoso, **não se projeta nem se exterioriza** como uma manifestação de absolutismo estatal **ou** de voluntarismo particular.

De exercício indeclinável, a “*persecutio criminis*” **sofre os condicionamentos** que lhe impõe o ordenamento jurídico. **A tutela da liberdade** representa, *desse modo*, **uma insuperável** limitação constitucional ao poder persecutório do Estado.

A própria exigência de processo judicial **já representa**, *só por si*, poderoso **fator de inibição** do arbítrio estatal, **de restrição** ao poder de coerção do Estado **e de limitação** ao poder de acusação do Ministério Público. **A cláusula** “*nulla poena sine iudicio*” **exprime**, *no plano do processo penal condenatório*, **a fórmula de salvaguarda** da liberdade individual.

Daí a razão de ser *desta fase preliminar de controle jurisdicional da acusação penal*, **concebida**, *precisamente*, **para impedir** a instauração de lides temerárias **ou para obstar** a abertura de procedimentos **destituídos** de base probatória **fundada** em elementos **mínimos** de convicção, **os quais**, embora **insuficientes** para a formulação de um juízo condenatório, **mostrem-se aptos** a fundamentar um juízo **positivo** de admissibilidade da peça acusatória.

Não se pode ignorar que, *com a prática do ilícito penal*, **acentua a doutrina**, “*a reação da sociedade não é instintiva, arbitrária e irrefletida; ela é ponderada, regulamentada, essencialmente judiciária*” (GASTON STEFANI e GEORGES LEVASSEUR, “*Droit Pénal Général et Procédure Penale*”, tomo II/1, 9ª ed., 1975, Paris; JOSÉ FREDERICO MARQUES, “*Elementos de Direito Processual Penal*”, vol. 1/11-13, itens 2/3, Forense), **tudo a justificar** o ponderado exame preliminar dos elementos de informação **cuja presença** revele-se capaz **de dar consistência e de conferir verossimilhança** às imputações consubstanciadas na denúncia, **sob pena** de *esta fase introdutória do processo penal de conhecimento* **transformar-se** em simples exercício burocrático de um poder **gravíssimo** que foi atribuído aos juízes e Tribunais.

Dentro desse contexto, **e para efeito** de recebimento da denúncia, **assume relevo indiscutível** o encargo processual que, **ao incidir** sobre o

órgão de acusação penal, **impõe-lhe** o ônus de descrever com precisão e de demonstrar, **ainda** que superficialmente, **os fatos constitutivos sobre os quais se assenta** a pretensão punitiva do Estado.

Daí o voto do eminente Relator, **no ponto** em que, *com inteiro acerto*, **rejeitou** a denúncia *em parte*, **destacando** que a peça acusatória **não demonstrou** a concreta participação de Eduardo Cunha e de Solange Almeida **na fase inicial** de negociação da construção dos navios-sonda, **havendo aduzido, então**, a esse respeito, **o que se segue**:

“Com efeito, nada foi produzido, em termos probatórios, que indique a efetiva participação dos denunciados nos supostos crimes ocorridos na já longínqua época da celebração dos contratos, nos anos de 2006 e 2007, ou mesmo que tenham os acusados, no período imediato, recebido vantagem indevida para viabilizar a negociação ou se omitido em fiscalizar esses contratos, em razão do mandato parlamentar. Os elementos mínimos de autoria exigidos para o recebimento da denúncia em relação a esses fatos iniciais não se fazem presentes. Pela análise dos elementos colhidos, é possível concluir apenas pela existência de indícios da prática de crimes de corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro com a participação de Nestor Cerqueira, Fernando Soares e Júlio Camargo.”

O fato **indiscutivelmente** relevante, Senhor Presidente, **é que**, no âmbito de uma formação social organizada **sob a égide** do regime democrático, **não** se justifica, **sem qualquer base probatória mínima**, a instauração **de qualquer** processo penal condenatório, **que deve sempre assentar-se** – *para que se qualifique como ato revestido de justa causa* – **em elementos** que se revelem **capazes** de informar, **com objetividade**, o órgão judiciário competente, **afastando**, *desse modo*, **dúvidas razoáveis**, sérias e fundadas **sobre a ocorrência**, *ou não*, dos fatos descritos em peça acusatória.

Como muito bem ressaltado pelo eminente Ministro TEORI ZAVASKI, o Ministério Público **demonstrou**, no caso, **quanto ao segundo**

momento descrito na denúncia, *mediante referência a elementos mínimos de informação* – **tal como o exige** a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RTJ 182/462) –, **a existência** de dados de convicção que, **ao sugerirem** a possível ocorrência dos fatos narrados na peça acusatória, **indicam a viabilidade**, no ponto mencionado, da acusação penal ora em exame, **o que significa registrar-se**, na espécie, a presença de um vínculo informativo **minimamente** necessário **para sustentar**, de modo consistente, **ainda** que em parte, a presente denúncia.

Com efeito, o eminente Relator deste Inquérito **observou** que os argumentos **deduzidos** pelos acusados, *quanto ao segundo momento objeto* da narrativa do Ministério Público, **não se revelam suficientes** para justificar a rejeição liminar da denúncia, **pois existentes**, na presente fase processual, **elementos indiciários mínimos**, porém relevantes, **que autorizam**, embora somente **para efeito** de instauração do concernente processo judicial, **a formulação**, pelo Supremo Tribunal Federal, de um juízo **positivo** de parcial admissibilidade da acusação penal:

“24. Em suma, a análise dos autos mostra que há indícios robustos para, nestes termos, receber parcialmente a denúncia, cuja narrativa, em seu segundo momento, ademais de reforçada pelo aditamento, dá conta de que o Deputado Federal Eduardo Cunha, procurado por Fernando Soares, aderiu ao recebimento, para si e concorrendo para o recebimento por parte de Fernando Soares, de vantagem indevida, oriunda da propina destinada a diretor de empresa estatal de economia mista, em função do cargo, por negócio ilícito com ela celebrado. Esse recebimento, porque núcleo alternativo próprio do tipo, não pode ser descartado como mero exaurimento da conduta de outrem.

Os elementos colhidos confortam sobejamente o possível cometimento de crime de corrupção passiva majorada (art. 317, ‘caput’ e § 1º, do Código Penal), ao menos na qualidade de partícipe (art. 29 do Código Penal), por parte do Deputado Federal Eduardo Cunha, ao incorporar-se à engrenagem espúria protagonizada pelo então diretor da Petrobras Nestor Cerveró (funcionário público para

fins penais por força do art. 327, 'caput', do Código Penal), Júlio Camargo e Fernando Soares, bem como dela se fazendo beneficiário, tal como descrito, não no 'primeiro momento' referido na denúncia original (o que configuraria concurso material com outro crime do mesmo teor), mas no 'segundo momento' a que aludem a denúncia e o seu aditamento, que nisso a reforça.

.....
Fazem-se presentes, ademais, variados e seguros indícios de que o denunciado, a partir daí, seria destinatário de ao menos parte dos valores destinados por Júlio Camargo a Fernando Soares, intermediário da propina a Nestor Cerveró, em operações identificadas no período antes descrito e que se subsumem no tipo penal descrito no art. 1º, V, VI e VII, Lei 9.613/1998, na redação anterior à Lei 12.683/2012, que, passando a abranger qualquer 'infração penal', revogou incisos que já eram notoriamente alternativos.

Os indícios existentes apontam também que Solange Almeida teria concorrido para a prática do delito de corrupção passiva, nos termos do já aludido art. 29 do Código Penal ('Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade'). Assim, não assiste razão à defesa da denunciada, de que a conduta descrita na denúncia seria de outro tipo penal."

O exame a que procedeu o eminente Relator **convence-me da viabilidade** da denúncia ora em análise, **considerados**, para tanto, **os elementos probatórios mínimos** produzidos **ao longo** da investigação penal.

O que se revela essencial reconhecer é que a formulação de acusação penal, para efetivar-se legitimamente, **deverá** apoiar-se, **como sucede na espécie**, **não em fundamentos retóricos**, mas, **sim**, em elementos que, **instruindo** a denúncia, **indiquem** a realidade material do delito **e apontem** para a existência **de indícios**, ainda que mínimos, de autoria.

Cumprir ter presente, no ponto, que a formulação da acusação penal em juízo **supõe não** a prova completa e integral do delito e de seu autor (o que **somente** se revelará exigível **para efeito** de eventual condenação penal), **mas** a demonstração – **fundada** em elementos probatórios **mínimos e lícitos** – da realidade material do evento delituoso e da existência **de indícios de sua possível autoria**:

“Denúncia – Recebimento – Suficiência da fundada suspeita da autoria e prova da materialidade dos fatos – Inteligência do art. 43 do CPP.

Para o recebimento da denúncia, é desnecessária a prova completa e taxativa da ocorrência do crime e de seu autor, bastando a fundada suspeita de autoria e a prova da materialidade dos fatos.”

(RT 671/312, Rel. Des. LUIZ BETANHO – grifei)

Daí o magistério jurisprudencial **firmado** por esta Suprema Corte:

“PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE FALSO TESTEMUNHO: CÓD. PENAL, art. 342. DENÚNCIA: CRIME EM TESE: RECEBIMENTO.

I. – Descrevendo a denúncia fato típico, contendo a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias e a classificação do crime, assim dando notícia da ocorrência de crime pelo menos em tese, deve ser recebida (CPP, art. 41).

II. – Denúncia recebida.”

(Inq 1.622/SP, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei)

Não questiono a afirmação, Senhor Presidente, de que a denúncia **deve conter** a exposição objetiva do fato delituoso, **descrito** em seus aspectos essenciais e **narrado** com a indicação das circunstâncias que lhe são inerentes.

É certo que a peça acusatória ora em exame, **ao veicular** extensa exposição dos fatos, **descreve-os** de modo adequado, **definindo a**

INQ 3983 / DF

participação individual de cada um dos 02 (dois) denunciados, como resulta claro da denúncia em análise, **o que satisfaz**, a meu juízo, **a exigência** imposta pelo art. 41 do CPP.

Desse modo, e **sem qualquer prejuízo** para o exercício do direito de defesa – **que já se realizou**, de modo pleno e competente, nesta fase preliminar –, **tenho para mim que houve**, na denúncia, clara menção à **existência**, no caso, de nexo de causalidade **entre** o comportamento **imputado** aos denunciados e **as supostas** práticas delituosas a eles atribuídas.

3. **Conclusão**

Todas as considerações que venho de fazer, Senhor Presidente, **levam-me a acompanhar** o substancial voto **proferido** pelo eminente Relator **quanto ao recebimento parcial da denúncia formulada** contra os ora acusados.

Também excludo da denúncia, Senhor Presidente, **a causa de aumento de pena prevista no § 2º do art. 327 do Código Penal, por entender**, na linha de votos **que já proferi** nesta Suprema Corte (**Inq 1.769/DF – Inq 2.606/MT**), **que essa regra mostra-se inaplicável aos que exercem mandato eletivo**.

É o meu voto.
